

GESTÃO DE ESTOQUES DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Ana Claudia Carvalho de Miranda

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bibliotecária da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte.

E-mail: anaclaudia.biblio@gmail.com

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br

Recebido em: 07/08/2018

Aceito em: 19/08/2019

RESUMO

Aborda opiniões e conceitos sobre a política de desenvolvimento dos estoques de informação e os princípios destas, bem como ressalta e explora novas tendências que contribuam para o avanço e o crescimento equilibrado do acervo em uma biblioteca pública. Tem o objetivo de evidenciar o gerenciamento de coleções em uma biblioteca pública, elencando seus processos e a relevância da política de formação e desenvolvimento de coleções. Foi estruturado a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória e delineamento de cunho qualitativo. Conclui que para que uma coleção possa desenvolver-se de forma plena, é preciso uma avaliação periódica e para isto, faz-se necessário a elaboração de uma Política de Desenvolvimento de Coleção. É preciso ainda que esta atividade seja um processo contínuo e evolutivo e que tenha como foco as necessidades informacionais da comunidade usuária.

Palavras-chaves: Gestão de Estoques de Informação. Política de Gestão de Estoques Informação. Desenvolvimento de Coleção – Biblioteca Pública.

INFORMATION STOCKS MANAGEMENT IN PUBLIC LIBRARIES

ABSTRACT

It addresses views and concepts on information stock development policy and the principles of collections, and highlights and explores new trends that contribute to the advancement and balanced growth of the collection in a public library. It has the objective of evidencing the management of collections in a public library, listing its processes and the relevance of the policy of formation and development of collections. It was structured based on a bibliographic and exploratory research and a qualitative design. It concludes that for a collection to be fully developed, a periodic evaluation is necessary and for this, it is necessary to elaborate a Collection Development Policy. It is also necessary that this activity be a continuous and evolutionary process that focuses on the informational needs of the user community.

Keywords: Information Inventory Management. Inventory Management Policy Information. Collection Development - Public Library.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a informação tem adquirido uma característica de mercadoria, ou seja, algo que pode ser capitalizado e que proporciona diversidade de oportunidades; como mercadoria, assume força e poder. De acordo com Suaiden (2000) o acesso à informação no Brasil, historicamente, sempre se deu mediante o poder aquisitivo. Entretanto, a partir do surgimento da internet e das novas possibilidades de acesso à informação, esta ganha *status* mais democrático.

A biblioteca pública surgiu no Brasil no início do século XIX, sendo a primeira inaugurada em Salvador, Bahia em 1811. Antes disso, predominavam bibliotecas mantidas por Ordens Religiosas (SILVA, 2013). Nesse período imperial, havia limitado acesso aos livros e controle dos portugueses sobre o material impresso.

Bernardino e Alentejo (2013) afirmam que, as bibliotecas públicas devem priorizar o acesso à informação, implicando em compreender sua missão e funções com a sociedade e um gerenciamento proativo e dinâmico. É uma organização com uma missão bastante desafiadora, entretanto, é preciso atuar fornecendo informações confiáveis para seu público.

Contudo, essas instituições enfrentam uma crise, deixando de cumprir seu papel prioritário que é de ser difusora da informação e da cultura. Em parte, porque a explosão informacional e o acelerado desenvolvimento das tecnologias trazem grandes desafios às bibliotecas públicas. Assim sendo, faz-se necessário a essa instituição rever o cumprimento de sua missão com a comunidade a qual está inserida, visto que possuem o papel social de socialização do conhecimento, disponibilizando prontamente para os seus usuários todo tipo de conhecimento.

Neste sentido, o cenário brasileiro evidencia o descaso e negligência com as bibliotecas públicas por falta de orçamento para investir na ampliação dos acervos e numa infraestrutura apropriada frente aos avanços tecnológicos com recursos audiovisuais. De acordo com Machado e Suaiden (2013), o desenvolvimento das tecnologias e as novas relações oriundas destas, têm proporcionado mudanças na concepção das bibliotecas e impõem diversificação dos papéis. Sobre isto, Bernardino e Suaiden (2011) evidenciam que as bibliotecas públicas brasileiras, na atual conjuntura, ainda não detêm equipamentos tecnológicos apropriados para disseminar o uso das novas tecnologias.

Para isso, precisam de investimentos e de políticas para transformar as bibliotecas num ambiente adequado e com condições para realizarem suas atividades de acesso ao conhecimento, como um espaço de democratização do conhecimento e de ações culturais buscando atender as necessidades de informação do seu público alvo. Nestes termos, estas unidades de informação precisam estabelecer um planejamento para formação, crescimento e manutenção de seus acervos, contando com o apoio dos órgãos governamentais ligados à educação e à cultura, com o propósito de terem suas coleções sempre adequadas à satisfação de seus usuários.

A consolidação da importância da biblioteca pública perante sua comunidade ocorrerá por meio da formação da coleção. Contudo, o diferencial se dá pela filtragem adequada das informações obedecendo a padrões estabelecidos de seleção que garantam a disponibilidade de obras confiáveis nos diversos suportes informacionais. Assim, é imprescindível conhecer as necessidades da comunidade, principalmente para a biblioteca pública, a fim de permitir um planejamento com qualidade e eficácia no desenvolvimento e formação das coleções.

No entendimento de Dias e Pires (2003) a visão atual da biblioteca como centro ou unidade de informação difere de sua ideia convencional. Essa mudança se originou da valorização da informação em todos os campos de atividades no mundo contemporâneo. A informação é considerada por autores das diversas áreas do conhecimento como recurso indispensável e, no entanto, deve estar à disposição e a serviço de todos: sociedade, instituições, indivíduos etc.

Partindo dessa questão, o artigo se propõe a apresentar opiniões e conceitos sobre a política de desenvolvimento de coleções e os princípios destas, bem como ressaltar e explorar novas tendências que contribuam para o avanço e o crescimento equilibrado do acervo. Portanto, faz-se necessário lançar um olhar criterioso no tocante a gestão de estoques informacionais e formação do acervo, com base na revisão de literatura em aportes da Ciência da Informação, principalmente no tocante à *formação e desenvolvimento de coleções*, no contexto da biblioteca pública.

Este artigo tem como objetivo evidenciar o gerenciamento de coleções em uma biblioteca pública, elencando seus processos e a relevância da política de formação e desenvolvimento de coleções. Foi estruturado a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Com base nos objetivos, é exploratória pois, como apresenta Gil (2009, p. 41) tem como intuito “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas

a torna-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Conforme recomenda a maioria deste tipo de pesquisa, esta se configura também como bibliográfica tendo em vista os procedimentos técnicos para coleta de dados. A pesquisa bibliográfica é aquela “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2009, p. 44). O delineamento da análise dos dados é qualitativo.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA

Historicamente, o surgimento da primeira biblioteca pública no Brasil, ocorreu mediante Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco quando encaminhou um projeto ao governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da Biblioteca. Esse fato foi considerado como o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrava grande preocupação com a área da educação. O plano foi aprovado, e a Biblioteca inaugurada no Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811 (SUAIDEN, 2000).

Posteriormente foram criadas várias bibliotecas públicas em diferentes Estados, porém caracterizaram-se pela carência de infraestrutura. “Locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias e carência de recursos humanos adequados eram as características dessas instituições” (SILVA, 2013, p. 17). Soma-se a isso o problema do analfabetismo, incluindo 80% da população, além de um modelo de biblioteca europeia, portanto, fora da realidade brasileira.

Para Santos e Santos (2012) a história das bibliotecas públicas no Brasil remete à história da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que teve seu desenvolvimento a partir de coleções trazidas de Portugal pela família real em 1808. Nesse contexto, podemos levar em consideração que a própria história ensinada no período imperial foi a europeia, embora houvesse iniciativas para se constituir uma história do Brasil a partir das pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

No início do século XX, principalmente com a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, buscou-se dar uma identidade própria à cultura brasileira. A partir da década de 1930, ampliaram-se as bibliotecas públicas pelo país, destacando-se como marco político a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, por Getúlio Vargas, que também soube criar estratégias a partir de uma narrativa que pudesse constituir a sua imagem como o ideal político do Estado, tendo o livro como mecanismo

de disseminação e propagação de seus ideais. No entanto, na década de 1940, as bibliotecas públicas brasileiras se caracterizavam por serem depósitos de livros.

Porém, foi na segunda metade do século XX, tendo como marco a Reforma do Ensino de 1971 (Lei nº 5.692), que possibilitou a ampliação e democratização da escola brasileira, e conseqüentemente, surgiu a necessidade de bibliotecas nas escolas a partir de políticas governamentais de educação e cultura, sendo fundamental para os estudantes e a população geral. No entanto, ainda se caracterizavam muito precárias. Segundo Milanesi (2013, p. 63), “[...] acervos precários e desorganização quase sempre estiveram juntos. As bibliotecas públicas não dispunham e não dispõem de competência profissional para organizá-las”.

A partir da década de 1990, ocorreu a extinção do Instituto Nacional do Livro, transferindo as atribuições à Biblioteca Nacional. Nessa mesma década o surgimento da internet possibilitou outras formas de acessar a informação, e a biblioteca pública deixou de ser referência. Com o Manifesto da UNESCO (1994), divulgaram-se princípios universais para as bibliotecas públicas, tornando claras as suas funções: informar, educar, alfabetizar e cultura, incorporando as novas tecnologias digitais (SILVA, 2013). Conforme Bernardino e Alentejo (2013, p. 47), “[...] a biblioteca tem se tornado uma instituição democrática, de fonte universal de acesso à informação e de socialização do conhecimento dentro do que se convencionou ser chamado de Sociedade da Informação”.

O surgimento inicial dessas instituições teve o intuito de manter, preservar e guardar a memória dos registros do conhecimento, mas com o passar do tempo foram se diversificando em conformidade com o contexto de inserção da comunidade. Diante desse panorama e evolução, as bibliotecas foram ganhando novas funções. Segundo Cesarino (2007, p. 11), “[...] são instituições muito antigas que sobrevivem há anos, adaptando-se às diversas mudanças políticas, sociais e tecnológicas. Essa sobrevivência, por si só, já é suficiente para provar que cabe à biblioteca uma função muito importante na sociedade”.

Prado (1992, p. 21) pontua que as bibliotecas públicas “[...] são instituições básicas para o processo de educação, cultura e informação de um povo. Seus objetivos principais são: estimular, nas comunidades, o hábito de leitura e preservar o acervo cultural”. Neste sentido, é disseminadora do conhecimento e um espaço voltado para as atividades promovendo leitura, cultura, cidadania, inclusão social e recreacional (lazer).

De acordo com o Projeto de Lei do Senado Federal nº 28, de 2015, de autoria do senador Cristovam Buarque, que instituiu a Política Nacional das Bibliotecas, aprovado

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 24 de maio de 2017, a biblioteca pública é considerada uma “[...] instituição mantida por qualquer órgão da administração direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios” (BRASIL, 2017, p. 3). E seus deveres são:

I - colocar à disposição dos usuários seus serviços e acervos, gratuitamente; II - criar e manter mecanismos de acessibilidade aos usuários de todas as idades; III - colaborar para a ampliação da alfabetização e do letramento; IV - contribuir para o desenvolvimento das habilidades dos usuários no uso dos recursos digitais (BRASIL, 2017, p. 4).

Brettas (2010, p. 102) define um novo entendimento de biblioteca pública:

[...] é uma instituição integrada à sociedade na qual faz parte, já que se encontra inserida em um determinado contexto político e cultural, do qual pode sofrer influências no momento de organizar e difundir o seu acervo. Entretanto, através dos próprios serviços prestados, ela pode também promover mudança das mentalidades de seu público usuário.

Nessa nova perspectiva, Bernardino (2017) destaca que para acontecer essa promoção de mudanças de mentalidade na comunidade a biblioteca necessita primeiramente conhecer o perfil dessa mentalidade acima de tudo. Essa visão é responsável pela interação entre biblioteca e a comunidade usuária, colaborando para uma maior visibilidade da biblioteca.

Por sua vez, as bibliotecas públicas são um fato mundial. Encontram-se em diversas sociedades, em várias culturas, umas mais avançadas que as outras em conformidade com o apoio do governo e da comunidade a qual está inserida. A biblioteca pública é apresentada por Koontz e Gubbin (2012, p. ix) como um “[...] ponto de acesso, principal e dinâmico, da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudanças”. Portanto, para a biblioteca pública obter um desempenho satisfatório pelos usuários é fundamental que esteja desempenhando sua finalidade no contexto da sociedade da informação, conforme estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Finalidades da biblioteca pública

Desempenhar seu papel de preservação e desenvolvimento de uma sociedade democrática ao oferecer ao cidadão o acesso a uma ampla e diversificada variedade de conhecimentos, ideias e opiniões em conformidade com os interesses e as necessidades informacionais da comunidade;
Proporcionar recursos e serviços, numa diversidade de mídias, a fim de atender às necessidades de indivíduos e grupos em matéria de educação, informação e desenvolvimento pessoal, inclusive recreação e lazer;
Apoiar as atividades de educação individual e de iniciativa própria quanto a educação formal em todos os níveis;
Proporcionar acesso aos conhecimentos registrados, tanto em formato impresso quanto em outros formatos, como multimídias e recursos da internet, em apoio aos processos formais e informais de aprendizagem;
Apoiar de modo ativo as campanhas de alfabetização em competência informacional;
Coletar, reunir, conservar, organizar e conceder acesso a materiais relativos à história da localidade onde atua em sua rápida disponibilização;
Possibilitar uma contribuição fundamental à sobrevivência cotidiana e ao desenvolvimento econômico e social das pessoas ao se envolver diretamente com o fornecimento de informações nas comunidades em desenvolvimento;
Motivar e fortalecer o hábito de leitura em crianças, desde a primeira infância.

Fonte: Adaptação de Koontz e Gubbin (2012).

Nesse contexto, pode-se entender que as bibliotecas públicas atuam como importantes agentes disseminadores do conhecimento ao público em geral, independente de raça ou condição social, nível de escolaridade e cultural. Mas para atenderem satisfatoriamente seus usuários, é necessário que as bibliotecas desenvolvam um bom planejamento na formação de suas coleções visando à satisfação de seu público específico.

3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

O termo 'desenvolvimento de coleções' passou por várias mudanças de nomenclatura: seleção de livros, construção de coleções, desenvolvimento de coleções, gestão do acervo e gestão de estoques informacionais. Porém, na contemporaneidade, consolida-se como extensão da expressão desenvolvimento de coleções, muitos profissionais da informação empregam a nomenclatura gerenciamento de coleções (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996).

A esse respeito Miranda (2004, p. 141) faz menção que a atividade de desenvolver coleções “[...] implica sistematizar e criar procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo”. Cunha e Cavalcanti (2008) enfatizam o desenvolvimento de coleções como um planejamento para aquisição em conformidade com os interesses dos usuários, podendo envolver uma avaliação sistemática do tamanho

e da utilidade do acervo em relação aos objetivos da biblioteca, dos usuários e da comunidade que a biblioteca encontra-se inserida.

Na concepção de Johnson (2014) o desenvolvimento de coleções é visto como processo cauteloso para formação de coleções em bibliotecas e compreende diversas atividades, abrangendo a seleção de materiais, elaboração da política, avaliação das necessidades da comunidade de usuários reais e potenciais, gestão do orçamento, identificação das necessidades da coleção, sensibilização e interação com a comunidade de usuários, planejamento para o compartilhamento de recursos e negociação dos contratos acerca dos recursos eletrônicos. Portanto, todas as etapas são necessárias para a compleição do ciclo e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para este fim. O autor supracitado prossegue nesse assunto dando ênfase a outras atividades incluídas à gestão da coleção, que englobam deliberações sobre desbaste, cancelamento de assinaturas, armazenamento e preservação, e estudos de uso e avaliação de custo/benefício.

Nessa trilha Miranda, Gallotti e Cacatto (2017) apontam que o desenvolvimento de coleções pressupõe um processo, não possuindo começo, meio ou fim, sendo ciclo contínuo, e todas as etapas possuem o mesmo grau de relevância. Para a autora supracitada, gerenciar coleções é um trabalho de planejamento comprometido com metodologias, cujas atividades são alteradas conforme o tipo de biblioteca, pelos seus objetivos e pela comunidade específica a ser atendida.

De acordo com Santos e Ribeiro (2004) e Vergueiro (1989), desenvolvimento de coleções é, a princípio, uma atividade voltada para o planejamento, visto que o bibliotecário, ao efetuar esta tarefa, necessita empregar métodos definidos anteriormente para que todas as ações do desenvolvimento de coleções sejam bem-sucedidas.

Com o passar do tempo, o termo Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) foi dando espaço para nova terminologia de Gestão de Estoques de Informação (GEI) para referir-se aos processos de seleção, aquisição e avaliação de coleções, ressaltando os aspectos administrativos que sustentam todo o processo (SPUDEIT; CORRÊA, 2017).

Em relação aos estoques informacionais, Barreto (2000) conceitua como toda a união de estruturas de informação. Nesse sentido, estoques de informação representam um conjunto de materiais informacionais organizados (ou não), conforme um critério técnico, dos instrumentos de gestão da informação e com conteúdo que esteja voltado aos interesses da comunidade. No caso das bibliotecas públicas, especialmente a gestão de estoques informacionais bibliográficos da unidade são compostos por obras gerais,

infanto-juvenil, literatura brasileira e regional, livros didáticos, coleções escritos históricos regionais e obras em Braille.

Outro ponto importante é o surgimento dos documentos eletrônicos, os quais expandiram em diversas formas de acesso e recuperação da informação. Convém ressaltar que esse episódio adicionou novos desafios na produção e execução da política de desenvolvimento de coleções. Na visão de Vieira (2017), a informação digital tem propiciado grandes oportunidades e desafios para os bibliotecários gerenciarem o crescimento dos acervos das bibliotecas. Nesse sentido, Silva (2013, p. 3) adverte ser um desafio imposto aos bibliotecários, uma vez que estes materiais têm mais restrições em seus modelos de negócio que os livros impressos. Em alguns contextos, considerando a realidade brasileira, esse assunto está bastante avançado (bibliotecas acadêmicas, especializadas); em outros, a situação ainda está indefinida (bibliotecas públicas, escolares).

Assim, Weitzel (2002, p. 61) enfatiza que “[...] desde os tabletes de argila ao documento eletrônico não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza do processo”. Portanto, o ato de desenvolver coleções vai além de analisar o espaço físico para acomodação apropriada do acervo até recuperação da informação para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários.

4 POLÍTICA DE GESTÃO DE ESTOQUES INFORMACIONAIS

Para se desenvolver coleções conforme a realidade de cada biblioteca, e do contexto da instituição a qual está inserida, é indispensável o estabelecimento de uma Política de Gestão de Estoques Informacionais. Este instrumento tem como finalidade esquematizar todas as etapas a serem executadas pelo bibliotecário da instituição, para nortear o trabalho voltado a esses estoques.

A política de GEI, de acordo com Spudeit e Corrêa (2017), é um documento formal, construído de maneira democrática, envolvendo representantes de todas as partes interessadas nos estoques de informação, ou seja, a instituição, a biblioteca e a comunidade de usuários. Por esse viés, percebe-se que a política de GEI de uma biblioteca abrange normas e diretrizes para auxiliar a tomada de decisão quanto à incorporação ou rejeição de um determinado item à formação do acervo.

Neste documento, por sua vez, são registrados os critérios para seleção de todos os tipos de materiais nos diferentes suportes informacionais, suas formas de aquisição, procedimentos de preservação e conservação dos documentos, bem como orientações de descarte ou remanejamento. Todas as ações são direcionadas ao atendimento das necessidades de informação de seu público, facilitando - sobremaneira - o acesso à recuperação e à disseminação do conteúdo.

Nessa percepção de Silva e Cervantes (2012, p. 49), a política de gestão de coleções “[...] constitui a pedra fundamental de todo acervo, seja ele físico ou eletrônico, e é evidente que essa está sofrendo alterações significativas em sua composição”. Tal procedimento é indispensável, visto que essas mudanças na política buscam aprimorar as diretrizes voltadas à formação e expansão do acervo, com base nos objetivos da biblioteca, nas necessidades de informação da comunidade a ser assistida, orçamento e outros recursos informacionais disponíveis (consórcios entre bibliotecas).

Assim sendo, na elaboração da política, Romani e Borszcz (2006), Dias e Pires (2003) e Vergueiro (1989) atentam para a necessidade de constar no documento a indicação da responsabilidade nas decisões para a seleção do acervo, ou seja, se deve haver uma comissão composta por:

- a) um bibliotecário, responsável pela unidade de informação;
- b) um representante das principais áreas de atuação (ou departamentos acadêmicos) da instituição à qual está diretamente subordinada;
- c) um representante da área administrativa (setor de compras);
- d) um representante do conselho comunitário, devidamente analisada e nomeada pelos órgãos competentes, no caso de biblioteca pública.

Desta maneira, no exercício de suas atividades, compete à comissão de biblioteca:

- a) analisar e deliberar estudos e projetos elaborados pela biblioteca e submetidos à comissão;
- b) determinar as prioridades para aquisição de material;
- c) definir critérios para duplicata de títulos;
- d) estabelecer os parâmetros do acervo, inclusive acervos especiais;
- e) possibilitar o desenvolvimento do acervo em sintonia com os objetivos da biblioteca;
- f) propiciar a expansão da coleção racional e equilibrada, de forma a abranger às necessidades informacionais dos usuários;

- g) traçar critérios qualitativos e quantitativos para a seleção, aquisição, avaliação e descarte das obras, com a finalidade de garantir a atualização, a pertinência e a abrangência do acervo;
- h) otimizar os recursos financeiros alocados para aquisição por compra;
- i) estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- j) garantir o acesso igualitário aos usuários;
- k) determinar as normas para recebimento das doações;
- l) promover a reavaliação periódica da coleção;
- m) definir as penalidades em caso de perda, danificação e rasuras das obras;
- n) estabelecer as quantidades de exemplares por título;
- o) avaliar periodicamente a política.

Entretanto, a elaboração da política requer um minucioso e contínuo estudo, que servirá como diretriz para instituir as estratégias de ações organizacionais e atuar como instrumento delimitador de critérios na tomada de decisão e na alocação de recursos para formação e expansão do acervo, além de orientar os procedimentos essenciais para compra por licitação. Para Spudeit e Corrêa (2017), a construção da política de GEI além de contribuir com seu valor administrativo, deve ser disponibilizada de maneira transparente, de forma a possibilitar que todas as partes interessadas possam ter acesso a ela para tirar dúvidas ou conhecer os processos.

Entre as etapas do processo de desenvolvimento e formação da coleção, uma das mais importantes para garantir o crescimento equilibrado do acervo em conformidade com as necessidades informacionais da comunidade, sem excluir o acesso às pessoas com deficiência, e assegurando igualdade de oportunidades para todos, é o estudo da comunidade.

4.1 ESTUDO DE COMUNIDADE

Historicamente, o estudo de comunidade, de acordo com Figueiredo (1983) como método de estudo científico de um fenômeno social, surgiu na metade do século XX, na Inglaterra. Segundo Figueiredo (1983, p. 43), “[...] os primeiros estudos de usuários de bibliotecas públicas foram realizados na década de trinta por bibliotecários associados aos docentes da Escola de Biblioteconomia da Universidade de Chicago”.

Os estudos de comunidade também conhecidos como estudos de usuários, representam uma busca de analisar mais de perto os aspectos sociais, educacionais, econômicos, culturais e outras características inter-relacionadas da comunidade onde a biblioteca está localizada. Neste panorama, pode-se dizer que estudos de usuários constituem tarefa de investigação indispensável para este tipo de biblioteca, devendo ser feita periodicamente, perante sua comunidade, a fim de acompanhar as transformações no seu perfil, requerendo para esse fim específico um grupo qualificado.

Por esse ângulo, Dias e Pires (2003) afirmam que o estudo de usuário é um instrumento de investigação que visa detectar e descrever os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação de usuários reais ou potenciais de uma biblioteca.

De acordo com Weitzel (2006, p. 21), os estudos de comunidade “[...] são instrumentos importantes para a administração de bibliotecas de modo geral e para o processo de desenvolvimento de coleções em particular”, por expressar o perfil e as necessidades de informação da sociedade local e contribuir para um planejamento eficaz no tocante ao desenvolvimento e formação das coleções.

Em se tratando de biblioteca pública, seu público-alvo a ser pesquisado são todas as pessoas que residem na mesma jurisdição política servida por ela. Ao realizar o diagnóstico, os dados relevantes para o conhecimento da comunidade são: históricos, demográficos, geográficos, educativas, sociais, econômicas, transportes, culturais e políticas.

Com base no posicionamento da IFLA (FEDERAÇÃO..., 2012), torna-se relevante definir quem utiliza e quem não utiliza os serviços oferecidos pela biblioteca. Mediante os dados coletados e analisados do estudo de comunidade, a biblioteca terá suporte para definir as prioridades para selecionar os documentos a serem incorporados ao acervo, fundamentado nas necessidades dos clientes reais e potenciais diagnosticados.

4.2 PROCESSO DE SELEÇÃO DO ACERVO

A etapa de seleção é um processo de tomada de decisão, uma vez que por meio dela são realizadas diversas atividades que requer um parecer técnico para comparação das diversas publicações disponíveis no mercado editorial sobre um assunto, julgamento de valor do material isoladamente para os usuários, apreciação das necessidades da comunidade fundamentada na aplicação de princípios éticos e instrumentos para melhor

aplicação dos recursos financeiros, buscando desse modo impedir desperdícios dos investimentos.

Conforme afirmam Estabel e Moro (2014), o processo de seleção do acervo não é realizado exclusivamente na aquisição dos livros e documentos, mas perpassa diferentes momentos e etapas dos serviços de biblioteca. Por isso, é necessário identificar a sua função conforme o tipo de biblioteca e o perfil da clientela. Os autores supracitados fazem menção que a seleção é a primeira etapa para a constituição do acervo, e o descarte sendo a última desse processo. No entanto, na GEI, o processo de seleção do acervo é uma atividade contínua, uma vez que as bibliotecas públicas recebem constantes doações.

Como apontado por Figueiredo (1998, p. 84), a seleção “é um processo de tomada de decisão título a título”. Constituindo uma tarefa de registro e controle de informações dos itens a serem submetidos à comissão para apreciação e escolha, que, de acordo com Weitzel (2006), incluem também os dados bibliográficos das obras, justificativa da seleção, pareceres, dentre outros aspectos.

Na percepção de Vergueiro (2010, p. 5), a responsabilidade exercida pelo bibliotecário no processo de seleção “[...] interfere na vida de inúmeras pessoas”; em contrapartida, se não existir comprometimento e, ainda mais, conhecimento da área em que atua, a influência pode ser maior e mais negativa. Assim sendo, quer se queira ou não, o bibliotecário estará “permanentemente interferindo no processo social”.

Nesse âmbito, a IFLA (FEDERAÇÃO..., 2012) chama atenção que grandes acervos não significam que a coleção seja de boa qualidade, principalmente neste mundo globalizado, em que os documentos digitais e eletrônicos crescem de forma exponencial, ou seja, a importância da coleção para as necessidades da comunidade local é mais relevante do que sua dimensão espacial. O volume do acervo é determinado por diversos fatores que influenciam na seleção, como espaço físico, recursos financeiros, população da área de atuação da biblioteca, proximidade com outras bibliotecas, função regional do acervo, acesso a suportes eletrônicos, avaliação das necessidades locais, percentual de aquisição e descarte, e política de intercâmbio de obras com outras bibliotecas da rede biblioteca pública.

Em relação ao estabelecimento de critérios para seleção, Miranda, Gallotti e Cecatto (2017) asseguram que o acervo seja fruto de um planejamento voltado para as diretrizes e objetivos da comunidade local. Nessa linha, Vergueiro (2010) recomenda os seguintes critérios: adequação do material aos interesses da comunidade onde a

biblioteca está inserida; autoridade do autor e/ou editor; atualidade técnico-científica dos conteúdos; disponibilidade para acessar os documentos em suporte digital; escassez de material sobre o assunto na coleção da Biblioteca; aparecimento do título em bibliografias e índices; cobertura/tratamento; custo justificado; idioma acessível; relevância/interesse acadêmico-científicos; número de usuários potenciais que poderão utilizar o material; e condições físicas do material. Tais critérios são apenas uma sugestão, mas cabe ao bibliotecário adotá-lo conforme a realidade da biblioteca e dos objetivos.

Outro critério considerável é destinado com a seleção do material entre o livro impresso ou e-book, sendo ambos semelhantes no intuito de atender às necessidades informacionais do público alvo; contudo, por outro lado, se distinguem quanto à aquisição e à disponibilização.

Com relação aos critérios específicos para documentos eletrônicos, Weitzel (2000, p. 5) aponta que a literatura da área de desenvolvimento de coleções foi antecipada:

[...] notadamente nos Estados Unidos e mais especificamente nos textos de Evans (1995), St. Norbert College (1999) e Alexander e Tate (2000), cujas categorizações mais importantes são: acesso, aparência e outras características especiais, tais como recursos das ferramentas de busca, uso de propagandas, qualidade das páginas apontadas ao original e estratégia de impressão.

Um aspecto considerável exposto por Estabel e Moro (2014), além dos critérios apresentados anteriormente, é a imparcialidade na seleção no decorrer de todo processo de aquisição dos documentos acervo em relação à compra, à doação e à permuta. Portanto, não convém a restrição da forma de aquisição, mas deve-se avaliar os conteúdos do material quanto ao atendimento das necessidades informacionais da comunidade de usuários em detrimento às preferências pessoais do profissional que executa a seleção.

De modo geral, convém mencionar que a biblioteca pública adota critérios de seleção apenas para recebimento de doação, devido ser a forma de aquisição mais frequente no Brasil, em razão da atual conjuntura. A etapa subsequente é a do processo de aquisição.

4.3 PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ACERVO

No que diz respeito a aquisição, a literatura, através dos teóricos, considera é um processo técnico que consiste na formação do acervo, onde são postas em prática as decisões tomadas no processo de seleção, ou seja, é o procedimento destinado à obtenção dos documentos. Nesse sentido, Figueiredo (1998, p. 84) esclarece que a “aquisição é o processo que implementa as decisões tomadas no processo de seleção”.

O processo de aquisição se dá mediante três modalidades, a saber: a compra, a doação e a permuta. A concretização desse processo, por compra, requer um trabalho minucioso da parte do profissional bibliotecário, visando à adequação do material ao perfil da comunidade envolvida. Por outro lado, os processos de doação e de permuta, também muito importantes, demandam atenção do profissional quanto a questões de cunho burocrático. Seja qual for a natureza da modalidade, todo material deve ser analisado antes de ser incorporado ao acervo, evitando-se a dispersão da coleção e a consequente insatisfação dos usuários.

O processo de aquisição compreende dois elementos essenciais: orçamento e alocação de verbas. Inicialmente, devem ser estabelecidos os recursos financeiros para consentir um panorama da realidade do que se pode contar. Segundo Andrade e Vergueiro (1996) na execução, o orçamento prognosticado para obtenção das publicações raramente equivale aos recursos disponibilizados. Dessa forma, impossibilitando que todas as necessidades consideradas prioritárias sejam supridas.

De acordo com pesquisa realizada pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) realiza sistematicamente a atualização dos dados acerca desse tipo de equipamento cultural, em abril de 2015, revelou que em todo país, possuía 6102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo:

- ✓ 503 na Região Norte;
- ✓ 1.847 na Região Nordeste;
- ✓ 501 na Região Centro-Oeste;
- ✓ 1958 na Região Sudeste;
- ✓ 1293 na Região Sul.

Conforme o primeiro censo nacional de Bibliotecas Públicas Municipais (BPMs) realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendada pelo Ministério da Cultura (MINC), em setembro/novembro de 2009, pesquisa mostrou que entre as bibliotecas em funcionamento a forma de aquisição predominante para acervo para as BPMs tem sido 83% por doação e apenas 17% por compra. Esses dados comprovam a dura realidade das bibliotecas públicas brasileiras no sentido de desenvolver acervos públicos que reflitam os desejos e interesses da comunidade. Sendo uma raridade encontrar bibliotecas que conseguem preservar, manter e ampliar um acervo para a sua comunidade adquirindo obras, apenas por doações voluntárias.

Neste sentido, considerando dados da pesquisa, Freitas e Silva (2014) ressaltam que acervos desatualizados, mal conservados e desconexos com as necessidades de informação da comunidade local pouco atraem os usuários, pois eles sabem que não encontrarão nas estantes da biblioteca as respostas para os seus questionamentos. Normalmente, os livros compõem a quase totalidade do acervo. Entretanto, os recursos tecnológicos e audiovisuais ainda não foram aproveitados como deveriam, na perspectiva de Milanesi (1983) biblioteca pública é sinônimo de museu de livros por apresentar coleção morta, quase totalmente inútil.

Portanto, percebe-se que o processo de aquisição é a concretização das decisões tomadas na seleção, objetivando renovar e aproximar o acervo em conformidade interesses da comunidade, mas requer atenção e detalhes na execução do processo, a fim de evitar uma divergência entre o que será adquirido e as obras que chegaram as prateleiras para atender as necessidades dos usuários.

4.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ACERVO

No que diz respeito à avaliação do acervo, esta contribui para mensurar se a coleção está correspondendo aos objetivos da biblioteca quanto ao atendimento satisfatório da demanda. Nesse sentido, a avaliação da coleção deve ocorrer de forma sistemática possibilitando traçar parâmetros quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte. Portanto, ao iniciar-se a avaliação do acervo é necessário ter por base os objetivos da instituição mantenedora.

Segundo Freitas (2009), a avaliação permite ao bibliotecário identificar os pontos fortes e fracos da coleção, sendo indispensável ou não para manter o acervo e o que

necessite ser incorporado, além de impedir a guarda de materiais sem adequação aos objetivos da biblioteca. A esse respeito, Johnson (2014) enfatiza que a avaliação de coleções tem como propósito mensurar a utilidade da coleção ou quão bem está atendendo seu objetivo. De forma geral, ao avaliar as coleções, é possível administrar com mais eficiência o desenvolvimento de coleções.

Na concepção de Lancaster (1996), a avaliação é um processo que visa suporte ao gerenciamento da biblioteca, pelo fato de agrupar informações relevantes a atividades específicas, a tomada de decisão e a solucionar eventuais problemas. Ou seja, a avaliação tende a averiguar a política de desenvolvimento de coleções adotada, está sendo executada de exata.

Na sapiência de Vergueiro (1989), a avaliação é etapa mais significativa, pois permite rever o panorama de todas as etapas anteriores, do começo ao fim de cada uma delas e do processo num todo. Segundo Lancaster (1996, p. 20), a avaliação do acervo consiste de fato em:

Determinar o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui e não deveria possuir. Tendo em vista fatores de qualidade e adequação da literatura publicada; sua obsolescência; as mudanças de interesses dos usuários e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados.

Portanto, percebe-se a importância da avaliação ao contribuir diretamente no aperfeiçoamento do processo de seleção, pois ela conduz qualquer mudança, transformação, preservação e, até mesmo, o descarte das publicações, como o fim das assinaturas dos periódicos. Indica não somente a necessidade de reestruturação da coleção, como também estabelece um planejamento com as alterações a serem tomadas e ajustes na política de desenvolvimento de coleções.

4.5 DESBASTAMENTO DE DOCUMENTOS

No intuito de propiciar assegurar uma melhor manutenção e conservação da coleção de uma biblioteca é recomendável o estabelecimento de uma política de desbaste, a fim de tornar o espaço disponibilizado para o acervo mais agradável para a comunidade de usuários.

Dessa forma, após a realização de uma avaliação da coleção ou no decorrer do inventário, será possível retirar obras impressas que necessitem ser restauradas ou remanejadas para descarte ou desbaste para renovar a coleção e melhorar o espaço para aquisição de novos materiais. Assim sendo, o desbaste é um processo permanente e sistemático, objetivando garantir a qualidade da coleção.

Contudo, é indicado que seja realizado primeiro um desbaste da coleção com base nos relatórios estatísticos, estudos de usuários e outros instrumentos determinados pela comissão de biblioteca. A coleção destinada ao desbaste deve ficar provisoriamente em outro espaço para outra avaliação, com mais rigor, antes de ser descartada definitivamente. Os materiais que necessitarem de uma restauração ou de pequenos reparos serão separados para retornarem ao acervo tão logo estejam com seus problemas solucionados.

Vergueiro (1989, p. 75) evidencia a atividade pertinente ao desbastamento, requerendo mais cautela, responsabilidade e segurança, por parte do bibliotecário:

Afinal - pergunta-se ao bibliotecário -, quando se descartar? E para quê? São perguntas que, deve-se reconhecer, constituem reais dilemas para profissionais que tiveram toda uma educação (não apenas a superior) para conservar os materiais informacionais, sob sua responsabilidade, da melhor forma possível, a fim de que pudessem vir a ser utilizados pela coletividade - ou, ao menos, conservados para uma geração futura.

Destarte, Miranda (2007) faz menção quanto à aplicação dos mesmos critérios empregados no processo de seleção, no momento da apreciação do descarte das publicações pela comissão responsável, pois da mesma forma como seleciona as obras que serão agregadas no acervo, também é imprescindível que sejam avaliados os materiais passíveis à exclusão definitiva do acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões expostas, este trabalho evidenciou que as bibliotecas públicas são organizações de existência milenar que tem se inovado em razão das mudanças na sociedade ao longo dos séculos, porém marcada por diversas crises e desafios, influenciados por fatores que contribuíram para o seu avanço ou retrocesso. No entanto,

ao longo de sua trajetória, algumas dificuldades persistem e comprometem o papel desempenhado pela biblioteca apresentando um cenário deficitário.

Entretanto, a biblioteca pública, segundo salienta Suaiden (1995) deve utilizar metodologias para auxiliarem no diagnóstico das necessidades informacionais da comunidade a fim de assumir seu papel perante seu público. O autor supracitado destaca ainda que a biblioteca pública dentre todos os tipos de bibliotecas, é a única que possui realmente características e finalidades de uma instituição social, conforme foi exposto no Quadro 1 por meio das finalidades da biblioteca pública. Sendo assim, as bibliotecas públicas, como espaço social, são instrumentos disseminadores de informação e conhecimento para a comunidade na qual estão inseridas, sendo, assim, um meio de democratização da leitura e do conhecimento para um país.

Nesse sentido, diante do constante avanço das tecnologias da informação, os desafios para essas bibliotecas são ainda maiores. Contudo, não se pode esquecer que o desenvolvimento tecnológico contribui para ampliar as desigualdades sociais. Tais pontos tomam proporções ainda mais amplas por questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, político e cultural do Brasil.

No contexto os acervos das bibliotecas precisam ser seletivos, dinâmicos e integrados à comunidade, o que tem exigido mudança radical na forma de gerenciar a coleção para subsidiar a tomada de decisão e o planejamento desse processo de formação e desenvolvimento do acervo. Por sua vez, e virtude do grande volume informacional, surge o desafio de manter uma coleção adequada e atualizada para atender a demanda e as necessidades de informação dos seus usuários.

Portanto, em relação ao processo de planejamento da formação e desenvolvimento do acervo para garantir a qualidade da informação, concluímos que a política de coleção é muito importante para nortear as ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisões na composição e desenvolvimento de coleções de acordo com os objetivos da biblioteca e da comunidade onde está inserida.

Em linhas gerais, um acervo para atingir a plenitude de seu desenvolvimento, necessita ser constantemente ser avaliado, inovado e desbastado. As coleções, particularmente, necessitam passarem pelo desbastamento para que possam desenvolver-se uniformemente, sem ter algumas de suas partes desenvolvidas de modo incerto, tornando-se estranhas ao conjunto.

Em síntese, a gestão de estoques de informação deve ser um processo ininterrupto, permanecendo em constante evolução. Entretanto, tona-se evidente que a política de desenvolvimento da coleção conglomere os objetivos destinados às necessidades informacionais da comunidade à qual está inserida a biblioteca, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão no processo de seleção, considerando todos os fatores relevantes aos interesses da comunidade, como também avaliar a coleção periodicamente para preservar a qualidade e a idoneidade do acervo.

Espera-se que esse artigo levante inquietações e reflexões no que se refere à atual forma de gestão de estoques de informação em bibliotecas públicas, para que o gestor reavalie a política de desenvolvimento de coleções adotada e esta esteja direcionada cada vez mais com a missão e o objetivo da biblioteca, mas principalmente atrelada às necessidades de informação da comunidade a qual a biblioteca está inserida. Por fim, infere-se que os profissionais bibliotecários envolvidos com a gestão do acervo precisam focar cada vez mais nas demandas dos usuários e, deste modo, planejar os serviços que serão proporcionados. Para isso, manter uma coleção atrativa e dinâmica é fundamental para o êxito na atuação do bibliotecário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. Imagem da biblioteca pública na Sociedade da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130- 142, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42338/46009> Acesso em: 16 jul. 2018.

BERNARDINO, M. C. R.; ALENTEJO, E. da S. Perfil tecnológico das bibliotecas públicas no Brasil e na Europa: estudo sobre a democratização do acesso à informação e ao conhecimento em bibliotecas do Brasil, Espanha e Alemanha. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP, v. 11, n. 3 p. 46-71, set./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1630/pdf_44 Acesso em: 16 jul. 2018.

BERNARDINO, M. C. R.; ALENTEJO, E. Políticas de construção de um território local de atuação para a biblioteca pública. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 93-102, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/32937/17415> Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Projeto de lei nº 28, 11 de abril de 2015. Institui a Política Nacional das Bibliotecas. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, v. 70, n. 10, p. 20-26, 12 fev. 2015. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=587357&disposition=inline> Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**. Brasília: Minc, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRETTAS, A. P. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, v. 24, n. 2, p. 101-118, jul./dez., 2010. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1153>. Acesso em: 10 maio 2018.

CESARINO, M. A. N. (Org.). **Bibliotecas públicas municipais**: orientações básicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; CERVANTES, B. M. N. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n.34, p. 42-56, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p42/22652>. Acesso em: 28 fev. 2018.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. **Biblioteca**: conhecimentos e práticas. Porto Alegre: Penso, 2014.

FIGUEIREDO, N. M. **Metodologias para a promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, 1991.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n.2, p. 43-57, jul./dez. 1983.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

FREITAS, M. A. de; SILVA, V. B. da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v.12, n.1, p.123-146, jan/abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v12i1.1621> Acesso em: 01 fev. 2018.

FREITAS, Ana Paula. **Acervo de literatura infantil e juvenil na biblioteca escolar**. 2009. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000010/0000102C.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

JOHNSON, Peggy. **Fundamentals of collection development and management**. Chicago: American Library Association, 2014.

KOONTZ, C.; GUBBIN B. Prefácio. In.: FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. J. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, FEBAB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1284>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MANIFESTO da Unesco para bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> Acesso em: 16 jun. 2018.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, L. Biblioteca Pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./abr./maio. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574> Acesso em: 16 jul. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; CECATTO, Adriano. Desafios para a biblioteca pública no processo de planejamento da formação e desenvolvimento do acervo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 15-26, jan. 2017. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n48p15/33091>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/463/1468> Acesso em: 16 jul. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.2, p. 1-19, jan./jun.2007. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/367/246> Acesso em 15 jan. 2018.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELO, B. S. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (Orgs.). **Unidades de informação: conceitos e competências**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

SANTOS, G. C.; RIBEIRO, C. M. Desenvolvimento de coleções. In: MIRANDA, A. **Glossário Eletrônico de termos em Ciência da Informação**. 2004. Disponível em: http://www.cid.unb.br/123/M0011000.asp?txtID_PRINCIPAL=123&cmdEncerrar=SIM&txtUsuario=Elmira%20Simeão Acesso em: 15 maio 2017.

SANTOS, M. P.; SANTOS, C. A. da S. Bibliotecas Públicas no século XXI: uma releitura da literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 10-16, dez. 2012. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/89/89> Acesso em: 30 jan. 2018.

SILVA, R. A. da. E-books em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, FEBAB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1398>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, E. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17550/1/Emir%202000.pdf> Acesso em: 21 maio 2018.

VERGUEIRO, V. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, V. C. S. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos livros, 2010.

VIEIRA, José Ronaldo. Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (BDJur): análises e perspectivas. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, vol. 4, n.1, p. 107-115, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/109>. Acesso em: 18 jul. 2018.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227> Acesso em: 30 maio 2018.